

Abertura da reunião: nove horas e cinquenta e um minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da câmara municipal de Armamar, deu início à reunião pública desse órgão, dirigindo os trabalhos. -----

Data: 24 de fevereiro de 2020 -----

Local: Gabinete do Presidente da Câmara Municipal -----

A reunião iniciou-se com a presença de: -----

Presidente: João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca

Vereadores: António Manuel Almeida Rego da Silva

Jorge Augusto Fernandes Rodrigues

Luciano Teixeira Gomes

Secretário: Chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social,
António José da Silva Fernandes

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente João Paulo Fonseca, disponibilizou o resumo diário de tesouraria n.º 37 de 23 de fevereiro de 2020, a relação dos compromissos, pagamentos e modificações ao orçamento – alterações, gerados entre 12 e 19 de fevereiro de 2020. -----

Presidente João Paulo Fonseca, deu início à reunião ordinária do executivo, explicou ser antecipada por causa da sessão da assembleia municipal que se realiza na próxima sexta-feira. Antes da ordem do dia deixou duas situações aos senhores vereadores, a primeira é que a senhora vereadora Cláudia Damião deixou o relatório final dos custos da feira da maçã, para entregar aos senhores vereadores e qualquer dúvida, será satisfeita, na próxima reunião do executivo, pela senhora vereadora Cláudia Damião. A segunda situação, deu nota que, como já tinha dito antes, foi lançado o procedimento para a requalificação da Rua do Outeiro e que findo o prazo para a entrega das propostas, dentro dos prazos legais, isto em termos da plataforma eletrónica, ninguém apresentou a proposta dentro

do prazo legal, disse que a informação está no relatório do júri e também na informação técnica, e sendo assim teve de ser anulado o procedimento e informou que amanhã irão voltar a colocar o procedimento, para ver se adjudica a obra, disse ser importante e imperioso requalificar aquela rua e também cumprir os prazos que estão previstos no âmbito do PARU (Plano de Ação para a Regeneração Urbana). -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou em relação às contas da feira da maçã se eram só de 2019, pois tinha solicitado as contas da feira da maçã de 2018 e se este relatório era o resultado final que estará na contabilidade. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que são os custos totais da feira da maçã, e que a senhora vereadora Cláudia Damião só deixou o relatório de 2019, e deixou a intenção de trazer os custos da feira da maçã de 2018 na próxima reunião. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que perguntou porque “nós na última reunião vimos que havia ainda despesas, que aparecem constantemente, sobre a feira da maçã e tinham dito numa reunião que eram cinquenta e cinco mil euros que tínhamos gasto, na feira da maçã e aqui já vai em setenta e três mil euros”. Fez saber que “no outro dia estava a cumprimentar um presidente de Junta de Freguesia, e foi com muita surpresa para mim, que ele disse, não me diriges mais a palavra, não falas mais para mim, e eu achei isto muito estranho, porque eu acho que devem estar a pensar, que a gente tem que andar calado, que não pode contar nada, a política é assim”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que pelo contrário que já foi debatido aqui muitas vezes o facto do tempo que se demora na ordem do dia, afirmou “eu estou aqui para responder a tudo e a todos, agora não posso responder pelos outros.” -----

Vereador Jorge Rodrigues, recordou que a única queixa que fez foi à CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos), sobre a questão das obras particulares que ainda está à espera da resposta. A seguir leu a resposta datada do dia 6 de setembro de 2019 que o senhor presidente respondeu à CADA “efetivamente foi solicitado pelo

vereador Jorge Rodrigues, sem ser na reunião do executivo municipal, a relação das obras de disponibilização direta e por empreitada realizadas desde o início do atual mandato, não é verdade que o senhor presidente se tenha negado a prestar informação” lembrou que até ao dia de hoje ainda não obteve resposta. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que a informação está a ser compilada, como já tinha dito antes, e falou sobre a situação das alterações na DGUA e que já tem outra pessoa incumbida de fazer essa relação e trazer, disse ainda que “aqui é tudo claro e ninguém esconde nada a ninguém”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, deixou bem claro, que foi, apenas, esta a única queixa que fez e que os informou da queixa antes de a apresentar à CADA. -----

Em relação às atas disse que continuava a mesma situação. -----

Falou sobre o Carnaval que decorreu na última sexta-feira onde participou, e achou que devia ter sido mais bem organizado pelo município. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu dizendo que o Carnaval é organizado pelo Agrupamento de Escolas de Armamar e não pelo município. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que “o município” podia tê-los alertado para estarem presentes. Sobre o Carnaval disse ainda que foi alertado por alguns pais que estavam chateados, e que gostava de representar esses pais, quis saber porque as crianças do primeiro ciclo não terem participado no desfile de Carnaval. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu ao senhor Vereador Jorge Rodrigues que “a única resposta que posso dar é remeter para o Agrupamento de Escolas de Armamar que é a entidade que supervisiona isso”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, questionou se não é promovido pela câmara municipal. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que não, esclareceu que a câmara municipal apoia, “como vocês sabem pois vem a reunião do executivo municipal, é apoiado com uma verba naquilo que são materiais escolares, e que não apoia atividades de carnaval”,

em relação a isto diz “aquilo que é a tua preocupação também já me foi falado por alguns pais”, e que lhes respondeu que têm que procurar saber junto do agrupamento escolar e perceber porque é que as crianças do primeiro ciclo não participaram, voltou a referir que é uma atividade exclusiva do agrupamento escolar, e que o agrupamento é um organismo autónomo com gestão própria. -----

Vereador Jorge Rodrigues, insistiu em dizer que é preciso acompanhar esta situação e que “houve aqui uma falha em virem uns miúdos desfilar e outros não”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, na sua opinião disse que devem participar todos pois seria uma atividade mais abrangente, mas lembrou que é uma gestão autónoma do próprio agrupamento de escolas. -----

Vereador António Silva, disse que também tinha sido abordado, sobre essa situação do Carnaval, uns dias antes por alguns pais, explicou que “é preciso perceber uma coisa, as atividades realizados pelo agrupamento, nós não temos nada que interferir na gestão deles, a não ser sensibilizar, ou dar a nossa opinião”, e que as atividades da escola são aprovadas pela escola. Informou que na reunião do Conselho Geral da Escola na qual participa, disse-lhes que “do nosso ponto de vista as atividades devem abranger todos os níveis de escola, sensibilizei-os”, soube com alguma antecedência que os meninos do primeiro ciclo não iam participar, e foi saber o que se estava a passar, e aquilo que lhe foi transmitido quer pela coordenadora da escola e pelo coordenador da escola que por maioria foi decidido não participar no cortejo, mas fazer uma exposição temática sobre máscaras de carnaval, foi aquilo que lhe foi dito pela senhora professora, disse ainda que “em seu nome e em nome da câmara municipal, disse-lhes que a minha opinião embora respeite as decisões, eles é que as sabem, não vou interferir, se fazem exposição se fazem outra coisa, é que havia pais que não concordavam muito com isso, disse-lhes mesmo, e depois quando se ia fazer o desfile o problema geralmente vinha cair na câmara municipal como a câmara possa ter alguma responsabilidade nisso” informou que irá transmitir-lhes na próxima

reunião do Conselho Geral, onde a câmara tem representação junto da escola, o desagrado que foi feito, voltou a dizer que a câmara municipal não têm essa gestão, explicou que “a câmara naquilo que nos solicitam nomeadamente às vezes a disponibilidade de alguns carros ou dispensar mão-de-obra nunca fechou as portas”, e achou que na sua opinião cabe aos senhores professores decidirem, pois são eles que estão lá, sobre as atividades. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que queria falar sobre as obras de administração direta mas que já tinha falado sobre esta situação, depois falou sobre haver “aqui uns pontos negros aqui nesta estrada principal aqui de Fontelo até São Cosmado e além quando se chega às Quintas de Contim, do lado direito devia levar uns rails protetores” afirmou ser um perigo que ali está, falou de outro problema que é “ali na reta de Contim onde tem uns armazéns que tem sempre ali o problema da água” afirmando que se podia resolver.

Presidente João Paulo Fonseca, informou que em relação a esta situação da água na reta, em frente ao armazém, está a ser feito um estudo para se resolver a situação. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que havia outra situação, “que é quando se vai para Fontelo a seguir à ponte, há ali um sinal, a seguir à ponte que está tombado e outro mais à frente quem vira para os GIPS também está tombado”. Perguntou como está o pedido de autorização, para a construção de uma esplanada amovível temporária, por parte do restaurante Mira Douro, disse que foi abordado pelo dono do restaurante, e acha que ali é um sítio que podia trazer vantagens em termos de turismo. Falou em nome de alguns produtores de maçãs que têm pomares em Cimbres, estes querem arranjar uma solução para construir uma charca e se a câmara municipal os podia ajudar, informou que os produtores arranjam o dinheiro mas que convinha todos os organismos e entidades estarem a favor deste investimento, voltou a referir o pedido de ajuda por parte da câmara municipal. -----

Fez saber que a nora, do senhor José Manuel Fulgêncio, o abordou com a situação deste senhor, “que é o antigo bombeiro sobrevivente”, que está a precisar de ajuda porque está com a doença de alzheimer, disse que estão a precisar de ajuda que o homem devia ser internado, arranjam-lhe um espaço no Lar, mas parece que estão com alguma dificuldade, disse ainda que “ele é uma das pessoas que se deviam homenagear e se calhar se o ajudassem ou ajudassem a família era muito importante, temos aqui um Lar, então um homem que foi um sobrevivente quando foi bombeiro, eu gostava que a câmara municipal pudesse também usar a sua influência juntamente com a associação dos bombeiros e arranjam uma solução”. -----

Quis saber quais os apoios que se dão às Juntas de Freguesia, por cada freguesia, se “medem isso por anos, ou por mandatos”, acha que há uma discrepância muito grande, entre freguesias não achando justo que aconteça, por isso pede esta informação. -----

Fez saber da falta de um espelho na estrada que vai de Meixedo para Cimbres, que a estrada é um perigo, referiu, antes que aconteça ali algum problema. -----

Vereador Luciano Gomes, começou por falar nas atas “não se admite que as atas estejam tanto tempo em atraso” e falou dos seguros que não vão a concurso. -----

Em relação ao problema dos CTT disse que continua na mesma e sabe que em Santa Marta os CTT nunca saíram do sítio tendo lá todas as valências, comparou Santa Marta a Armamar, dizendo que Armamar perdeu, mas Santa Marta tem os CTT intocáveis. -----

Informou que, sobre o trânsito, que a sinalética está ultrapassada e que devia ser feita alguma coisa para se alterar. -----

Presidente João Paulo Fonseca, começou por falar das atas, e disse-lhes que têm razão, falou que aquilo que se verifica é que “por mais que a gente fale as atas custam a chegar”, informou que na semana passada o senhor vice-presidente, e “desta vez, por escrito e internamente tomou uma medida em relação a um dos funcionários que está responsável pelas atas e deu instruções precisas para que essa funcionária se dedique exclusivamente,

tirando uma ou outra exceção, a feitura das atas para que no mais curto espaço de tempo nós tenhamos as atas em dia” voltou a referir que foram dadas ordens expressas e por escrito pelo senhor vice-presidente. -----

Deu conhecimento que em relação aos orçamentos que foram pedidos, para a repavimentação das estradas do concelho, foi pedido a repavimentação das estradas, de Contim a Fontelo; de Vila Seca - Santo Adrião – Tedo; de Meixedo – Santiago; de Vila Seca – Ferradosa e de Aldeia de cima – Tões; disse que “foram aquelas que nos pareceram que neste momento estão em piores condições” e indicou que o primeiro orçamento que foi recebido, embora estejam à espera de mais dois, é de um milhão novecentos e quarenta e nove mil euros, o que ultrapassa o “nosso” limite de endividamento e que “aquilo que nós tínhamos previsto se calhar vamos ter, quando tivermos os três orçamentos, de discutir aqui prioridades”. -----

Informou sobre a revisão orçamental do reforço de transferências para o município disse que grande parte vai para as vias municipais, deu conta que estas duas situações de Contim não estavam previstas, mas que iram fazer essas duas intervenções, colocar os rails protetores e resolver a situação da água junto ao armazém. -----

Em relação ao pedido de autorização para a colocação de uma esplanada amovível para o restaurante Mira Douro, informou que o pedido deu entrada na câmara municipal e como a esplanada será numa zona no raio de proteção do monumento nacional foi enviado a memória descritiva, que eles apresentaram, para a Direção Geral da Cultura do Norte, explicou que a Direção Geral da Cultura do Norte se pronunciou dizendo que aquele tipo de estrutura não seria a mais adequada numa zona envolvente ao monumento nacional e deu-nos algumas sugestões de outros tipo de materiais e estruturas que podem ser utilizados, informou que temos este parecer da Direção Geral da Cultura do Norte, e que por este motivo ainda não foi dada autorização, visto estar na zona de proteção do monumento nacional. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou “qual é a área de distanciamento, que tem que se ter então, mínima do monumento”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que “é um raio de 50 metros”. -----

Depois falou da situação de Cimbres e dos produtores da maçã, disse que a câmara municipal “estará sempre disponível para contribuir” afirmou que “estamos disponíveis para fazermos uma reunião para percebermos o que é que eles querem, para percebermos a dimensão do pomar a irrigar, para perceber o volume de acumulação de água, que será preciso para este tipo de situação” e numa fase seguinte solicitar à equipa técnica para fazer um estudo prévio. Disponibilizou-se para reunir e perceber o que querem e começar a trabalhar esta situação. -----

Em relação à situação senhor José Manuel Fulgêncio, mostrou-se preocupado e que já tem conhecimento da situação, disse que “é uma situação que eu acho que nos preocupa a todos, o senhor Zé Manuel, para além de ter sido funcionário da câmara municipal, foi alguém que sobreviveu à maior tragédia que aconteceu no concelho, e foi alguém que deu muitos anos da sua vida também aos bombeiros” informou que já foi feito algo, que já tinha falado com o filho do senhor Zé Manuel e que o alertou para a situação e que se disponibilizou para ajudar que se “precisasse por parte da câmara nós estaríamos aqui disponíveis para o ajudar”. Disse que há um mês o filho lhe pediu ajuda e nesta altura disse que o queria internar, disse que explicou ao filho do senhor Zé Manuel que para isso é preciso um procedimento médico, e que se disponibilizou e falou com o médico de família do senhor Zé Manuel, disse que o médico de família lhe disse que deviam marcar consulta para ser examinado e depois encaminhado para o Hospital de Vila Real, informou que depois disto o filho do senhor Zé Manuel não lhe disse mais nada, e que tem feito o que pode por este caso. Explicou que em relação à situação do Lar, este tem uma capacidade de 72 utentes, e que devem fazer já a inscrição para ficar lá o processo já aberto “fica em

lista de espera e fica pelo menos identificado”. Diz perceber a preocupação dos familiares, mas que estes têm que dar os primeiros passos para se poder resolver esta situação. ----

Presidente João Paulo Fonseca, esclareceu que quanto aos apoios às freguesias eles são medidos, disse que não há discrepâncias nem discriminações e que “de qualquer forma podemos fazer e devemos fazer essa contabilização”. -----

Vereador António Silva, informou que em relação a este assunto do apoio às freguesias existe “o novo sistema contabilístico que obriga, por gestão de custos, agora cada freguesia vai ser discriminada por género de apoio”. -----

Vereador Luciano Gomes, disse não achar justo, que as freguesias recebam todas por igual. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que o que é feito são apoios pontuais em obras e que se calhar algumas freguesias com menor dimensão até podem receber mais do que freguesias de maior dimensão. -----

Relativamente ao espelho quem vai de Meixedo para Cimbres, vai dar ordem aos serviços para ser colocado. -----

Informou que o concurso dos seguros ainda não foi lançado, porque foram identificadas algumas áreas em que é preciso seguro e assim depois de todas as áreas identificadas será lançado para concurso público. -----

Quanto aos CTT de Armamar disse que Armamar não perdeu nada, como já tinha explicado esteve reunido, com o responsável pelo Conselho Administrativo para a Região Norte, vai voltar a ter as lojas CTT, explicou que “às vezes cai-se na tentação de dizer mas Santa Marta nunca perdeu, Tabuaço nunca perdeu, Sernancelhe nunca perdeu, mas o ranking das lojas ou dos serviços CTT prestados na maior parte dos concelhos, verifica-se que Armamar está entre os primeiros lugares no ranking na prestação de serviços às pessoas o que me deixa satisfeito”. -----

Informou que em relação á sinalética, mais no que respeita na sinalética de segurança

rodoviária, do que na sinalética indicativa, já foi feito um levantamento que foi enviado para a CIMDOURO porque “no PRODER para além das candidaturas de cada município, há duas candidaturas que são da própria CIMDOURO e uma delas tem a ver com a sinalética, que é para termos nos territórios da CIMDOURO uma sinalética uniforme em termos de placas direcionais placas informativas” explicou que só por isso ainda não avançaram pois estão à espera da aprovação da candidatura. -----

Vereador Luciano Gomes, falou sobre os três lugares de estacionamento para os carros da Escola de Condução disse “que a GNR multa se lá se estacionarem outros carros e que no fim-de-semana não havia lá estacionado nenhum carro da Escola de Condução. --

Presidente João Paulo Fonseca, disse que já tinha explicado aqui este assunto, e voltou a lembrar que em termos de licenciamento, da Escola de Condução, tem que ter os três lugares e não podem estar a mais de 50 metros de distância da Escola de Condução, disse que quando reuniu com a Escola da Condução, propôs-lhes que os estacionamentos ficassem ao lado da casa da “D. Isabel”, a resposta que foi dada ao senhor presidente é que em termos de licenciamento há regras de obrigatoriedade de ter três lugares, e que, não podem estar a mais de 50 metros de distância da Escola de Condução. -----

Vereador Jorge Rodrigues, quis saber se os funcionários, os senhores vereadores, o senhor presidente e o chefe de gabinete da câmara municipal, têm subsídio de refeição. -

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que sim. -----

Vereador Jorge Rodrigues, falou sobre mais uma despesa da feira da maçã no valor de trinta mil euros, para a empresa Cryseia, disse “que foram vinte e cinco mil euros da outra vez e agora mais trinta mil euros, o que faz cinquenta e cinco mil euros”, e que lhe tinham dito antes que seriam cinquenta mil euros e agora aparecem cinquenta e cinco mil euros.

Vereador António Silva, informou que lhe tinha dito que “seriam por volta de cinquenta e tal mil euros, que foi aquilo que restava do pagamento das duas feiras, dos dois últimos anos” por fim disse, que está liquidado. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou sobre a empresa Equipaiva – Equipamentos Hoteleiros a qual foi pago quatro mil euros. -----

Vereador António Silva, informou que esse valor foi para compra da máquina de lavar a louça do Centro Escolar, explicou “que a máquina era pequenina eles tinham que fazer por dia, mais ou menos, 10 lavagens, das refeições que servem lá, então o que foi resolvido, dado que a máquina de lavar louça tinha uma avaria, e havia ali muitos constrangimentos e como a máquina de lavar louça que havia no jardim infantil também era pequenina e esta não compensava a reparação, o que foi feito, mandou-se reparar a máquina do Centro Escolar e foi para o Jardim Infantil e foi comprada uma máquina nova de maior capacidade para o Centro Escolar” disse ainda que é uma máquina industrial, que foi feita uma consulta para saber o que se comprar. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que “as multas continuam, está aqui outra de duzentos e quarenta euros a anterior era, também, de duzentos e quarenta euros, coima por falta de cinto de segurança do motorista.” -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que já tinha dito ao senhor vereador Jorge Rodrigues que a multa é a mesma, e que só tem conhecimento de uma multa por falta de cinto de segurança. -----

Vereador Jorge Rodrigues, afirmou, “mas vem nas ordens de pagamento não é de compromisso, depois vamos ter que fazer uma declaração que isto não pode acontecer isto é ilegal e a câmara sabe”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou ao senhor vereador Jorge Rodrigues que não é ilegal, disse que a multa vem para o município e que o motorista lhe disse que vinha com cinto de segurança, e que a câmara municipal está a contestar a multa, informou que ainda não se sabe o desfecho. -----

Vereador António Silva, fez saber que há três multas e que depois de pagas estão em contestação, que foi “a do cinto de segurança nesta não houve paragem, o condutor assim

que isso aconteceu veio prevenir-me por essa situação, o condutor admite que não foi feito paragem, ia a passar o carro da G.N.R. e admite que naquele momento aliviou o cinto de segurança puxou por ele para a frente, porque ia um miúdo lá, e ele teve que lhe dar uma ajuda” outra foi ao fim do dia com o mesmo carro, já com outro motorista, este foi seguido até ao Marmelal e sem ser fazer qualquer tipo de paragem pela G.N.R., e a terceira multa, foi feito paragem, e foi “aplicada a multa porque o carro não abre por dentro, tem um botão está no tablier, vamos ver o que acontece”, disse ainda “foi verificar de novo a Lei e verifico que, o carro, quanto na nossa opinião está legal”, falou “com um agente da autoridade em que lhes expus o caso e ele disse esse carro tem esse botão está legal”, estão a aguardar a decisão da contestação. -----

Vereador Jorge Rodrigues, quis saber sobre a compra de ração para animais. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que é para uma situação específica e que foram aconselhados pelo SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, até já mandou fazer uma informação sobre esta situação, o caso é de uma senhora de Goujoim que tem 17 cães e neste momento não podem ir para o canil, “mas também não podem ser objeto de maus tratos”, esclarece que este pedido foi feito pelo SPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e pela Associação de Defesa dos Animais de Tarouca que “assumíssemos essa situação, até termos o canil para onde eles depois possam ser levados”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que “a câmara não tem obrigação nenhuma, isso agora até é crime tratar mal os animais, alguém devia ter vindo cá buscar os animais, e não a câmara municipal pagar a ração”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que é uma situação transitória que aqueles cães já estão identificados pelas autoridades e que “quando tivermos o CRO – (Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal) em Moimenta da Beira a funcionar são dos primeiros a ser albergados lá”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu que “esta situação já existe há muito tempo”, que já se gastou mais de mil euros. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que esta situação é “há um ano mais ou menos”, e que neste momento não há solução a não ser a adoção, e informou que senão tiverem no canil, também não podem ser adotados. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que se podia fazer de outra forma, e falou numa situação, de Vila Nova de Paiva, da qual teve conhecimento, de uns alunos que andaram a pedir, num estabelecimento comercial, e que angariaram pelos clientes do estabelecimento comercial ração para animais. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu ao senhor vereador Jorge Rodrigues dizendo que aqui no concelho não há associações defensores de animais, em Armamar, e que “se calhar em Vila Nova de Paiva, em Tarouca e em Lamego existe, e esses alunos podem estar ligados a uma associação”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que foram os alunos da escola que fizeram, e mostrou-se admirado por a câmara municipal estar a pagar a ração. -----

Presidente João Paulo Fonseca, afirmou que quando as iniciativas são boas devem-se replicar para “o nosso território”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, falou em relação às compras de alcatrão da situação que aparece “aqui”, “compras, mas nem se sabe onde é colocada”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que essas situações têm de vir vertidas nas tais obras de administração direta. -----

PERIDO DA ORDEM DO DIA

Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho das Chãs -----

Transcrição do teor (do ofício, cuja apresentação tem o NIPG 335/20): -----

“Tendo a Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho das Chãs necessidade de levar a efeito obras de requalificação do Santuário de N^ª Sr^ª da Piedade, conjunto arquitetónico que lhe

pertence, foi elaborado um projeto, de acordo com as normas habituais, para o efeito, por parte de um Gabinete de Engenharia. -----

Este projeto excedeu a capacidade económica que de momento é deficitário e nos impede de satisfazer os nossos compromissos. -----

Vimos, por isso, solicitar uma comparticipação da autarquia a que V. Ex^a preside dado que o valor é de 2500,00 euros. -----

Esperando a melhor compreensão a este nosso pedido ficamos desde já gratos pela ajuda.” ----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que em relação à Fábrica da Igreja de São Martinho das Chãs, aquilo que sabe é que “ou vai fazer mas acho que já fez uma candidatura no âmbito da Beira Douro para a requalificação deste conjunto arquitetónico da Senhora da Piedade”, concorda, diz ser uma lugar aprazível que pode ser de visitado por todos. -----

Ficou decidido pelos, senhor presidente e senhores vereadores, presentes na reunião, pedir esclarecimentos sobre o custo total da intervenção, solicitar à Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho das Chãs mais esclarecimentos sobre o volume global do investimento, para depois darem o apoio. -----

Deliberação: O assunto será objeto de reagendamento depois de obtidos os esclarecimentos pretendidos. -----

Bike Service – Douro Granfondo – Love Tiles Douro Granfondo 2020 – Pedido de apoio -----

Transcrição do teor (do ofício, cuja apresentação tem o NIPG s/n): -----

“O Douro Granfondo tornou-se numa de referência no panorama desportivo português, fruto da originalidade e beleza dos seus percursos, bem como da qualidade organizativa do evento resultante de parceria entre a Câmara Municipal do Peso da Régua e da Bikeservice. -----

Depois de cinco edições disputadas na mesma região, será possível continuar a inovar e a surpreender os participantes? É possível e será isso que faremos no Love Tiles Douro Granfondo 2020. -----

Com 80 por cento do percurso inédito, levaremos o pelotão através de um Douro desconhecido, daremos a conhecer um novo território na prova que percorre a mais antiga região demarcada do mundo, o Alto douro Vinhateiro. -----

No final, não duvidamos, o sentimento que invadirá os nossos amigos participantes será aquele que serve de tema à edição de 2020: alegria! -----

A Régua será o ponto de partida e de reencontro, depois de serem atravessados os concelhos de Mesão Frio, Resende, Armamar, Tabuaço, Alijó e Sabrosa. Propomos três percursos - Granfondo (152 Km), Mediofondo (94 Km) e Minifondo (66 Km) – com a certeza de passar em locais inesquecíveis, como Penajoia, uma das capitais da cereja, a Ponde da Ermida, o Pinhão ou a bela aldeia de Covas do Douro. -----

Em 2020 a prova terá lugar a 3 de maio e com três distâncias diferentes á escolha dos participantes: O Granfondo com 152 quilómetros, o Mediofondo com (94 Km) e o Minifondo (66 Km). -----

Participantes no Douro Granfondo -----

2015: 2000 -----

2016: 3000 -----

2017: 3100 -----

2018: 3200 -----

2019: 3200 -----

2020: 3200* -----

*Número projetado -----

A proposta que fazemos a V. Exª é pedalar connosco nesta aventura, alinhando ao lado da Bikeservice e de 3200 ciclistas com idades entre os 16 e os 75 anos, no papel de parceiro Oficial

do Douro Granfondo, contribuindo com um apoio monetário de 4000€ mais IVA e 3000 maçãs de Armamar a serem entregues a todos os participantes no almoço do Love Tiles Douro Granfondo 2020.” -----

Presidente João Paulo Fonseca, em relação ao pedido de apoio, Bikeservice Douro Granfondo, que é de quatro mil euros mais IVA e mais três mil maçãs, está à imagem do ano passado, embora haja alguma alteração no trajeto, todas as três provas passam por Armamar quer o Granfondo, o Mediofondo e o Minifondo, disse que é o valor que se tem apoiado. -----

Vereador António Silva, disse que tem andado à volta desse valor, que quando não passa é menor, e que a concentração e o arranque são feitos na Régua. -----

Presidente João Paulo Fonseca, acrescentou dizendo que são mais ou menos 3200 participantes, que se deve apoiar, “arranjam-se as maçãs através da associação dos fruticultores”. -----

Foi acordado por todos em apoiar. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Global Sport - Solicitação de apoio à realização e promoção da EDP Meia Maratona do Douro Vinhateiro – A mais Bela Corrida do Mundo – Pedido de apoio -----

Transcrição do teor (do ofício, cuja apresentação tem o NIPG 258/20): -----

“A GlobalSport, âmbito da organização da décima quinta edição da EDP Meia Maratona Douro Vinhateiro – A Mais Bela Corrida do Mundo, que terá lugar dia 24 de maio de 2020, vem por este meio solicitar a V. Exª à semelhança dos anos anteriores o apoio do Município de Armamar com os recursos de apoio à realização do evento supracitado, nomeadamente: -----

- O licenciamento do evento junto da Câmara Municipal de Armamar, para efeitos de utilização de espaços públicos municipais, assim como para montagem de estruturas, colocação de publicidade estática e sonorização do evento com a respetiva isenção de taxas correspondentes;

- Meios e os recursos necessários à limpeza do percurso para recolher as garrafas de água que são consumidas no decorrer da prova imediatamente após o término da prova, no percurso correspondente ao Município de Armamar; -----

- Colaboração dos Bombeiros Voluntários de Armamar, também à semelhança dos anos anteriores; -----

- Grades metálicas, no número máximo disponível, para efeitos de ordenamento da mobilidade no evento; -----

- Cinco mil euros (+IVA) para o apoio à promoção local, nacional e internacional da ação. -----

Datas a articular posteriormente. Informamos ainda que a hora do início será às 10H00, tendo como local de partida a Barragem de Bagaúste (Peso da Régua), tanto para a mini como para meia maratona. Os atletas da meia maratona deslocam-se até à Folgosa – Armamar (EN222), local onde invertem a marcha e seguem em direção ao Peso da Régua. Os atletas da minimaratona deslocam-se diretamente até ao Peso da Régua. O local de chegada para ambas as provas será diretamente na Avenida do Douro do Peso da Régua. Serão assegurados todos os meios de segurança através das entidades competentes, nomeadamente GNR, Proteção Civil e Organização”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que este assunto da Global Sport já tinha vindo mas que o Paulo Costa tinha-se esquecido do pedido de apoio financeiro, foi corrigido e agora temos o pedido o apoio logístico e financeiro. Disse que se deve apoiar um evento desta dimensão que já tem quase 20 mil participantes e que seis mil participam na minimaratona que percorre, praticamente, noventa por cento que é percurso de Armamar. -----

Vereador Jorge Rodrigues, afirmou que a gente de Armamar deve participar nestes eventos que promovam o Douro e que as câmaras devem apoiar, e falou “que Tabuaço também deve dar o mesmo apoio”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que Tabuaço apoia, mas que nem todas as câmaras apoiam, disse que tem um impacto nos territórios todos do Douro, disse que “o Douro fica cheio de gente, a restauração fica cheia e os alojamentos e Hotéis também”, e falou nas figuras sonantes quem vêm ao Douro e promovem o Douro. -----Vereador Jorge Rodrigues, acha “que devem todos participar, todos os municípios aqui do Douro, porque realmente isto é um evento espetacular, acho que isto ultrapassou todas as expectativas daqui há uns 10 anos atrás” e disse que Armamar esteve sempre na linha da frente, e que ele próprio, também tem ajudado bastante, tem ajudado a promover Armamar, lembrou que “nunca deixei mal Armamar neste aspeto que as maçãs são boas, para a região, são para aí umas setenta ou oitenta mil maçãs, é preciso levá-las é preciso entrega-las é as caixas é os transportes, não é assim tão simples” e fez saber que “a câmara devia exigir que se faça um bom trabalho na limpeza porque lá em baixo na zona ribeirinha, ficaram lá quase uma semana com o lixo”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que “nós temos feito com o nosso pessoal, do nosso lado, e até tem sido quase todos os anos o Paulo Costa tem-nos dado os parabéns, pois do nosso lado rapidamente resolvemos a situação”. Explicou que no ano passado, houve ali uma indecisão pois a câmara faz um trajeto e a Associação da Folgosa outro, diz que “por alguma descoordenação não o fez e houve ali uma zona que ficou com lixo, mas estamos atentos a isso”. Fez saber que vai falar Paulo Costa, “talvez um mês antes da prova, já devemos ter as macieiras em flor, se fizesse uma caminhada aqui em Armamar, para a preparação para a prova, trazer umas 200 a 300 pessoas”, disse que vai falar com o Paulo Costa, sobre esta ideia. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu que vai haver agora nos dias 28 e 29 de março o evento da Volta ao Douro 2020 que se vai apoiar, e acha que este evento devia ser mais bem divulgado, falou também no evento das motas, o Enduro, e que ninguém sabia sobre este evento e que “só no dia é que vimos”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que já falou com a organização da Volta ao Douro 2020, para mandarem os layouts com antecedência, acontece o mesmo com o Granfondo, o evento é deles, eles é que definem a imagem, eles é que fazem o cartaz eles é que sabem quem são os patrocinadores e organizadores para colocar no cartaz, informa que “não podemos ser nós a fazer o cartaz”, explica que o que lhes tem pedido é que nos façam chegar os cartazes oficiais, atempadamente, para que o gabinete de comunicação e imagem possa divulgar. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Demonstrações Previsionais 2020 – Primeira Alteração Orçamental Modificativa -----

Transcrição do teor: -----

“I - ENQUADRAMENTO LEGAL -----

As alterações orçamentais, encontram-se regulamentadas na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). No que respeita aos novos conceitos de alteração orçamental modificativa (aproximado do anterior conceito de revisão) e alteração orçamental permutativa (anterior conceito de alteração) introduzidos pela NCP 26 do SNC-AP, estes devem ser harmonizados, respetivamente, com os conceitos de revisão e alteração orçamentais, previstos no ponto 8.3.1 do POCAL. -----

Os pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL, estabelecem as contrapartidas para a assunção obrigatória da forma de revisão ao orçamento (alteração orçamental modificativa), cujo texto se cita: -----

“8.3.1.3. O aumento global das despesas previstas dá sempre lugar a revisão do orçamento, (...)”

“8.3.1.4. Na revisão do orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas, para além das referidas no número anterior: -----

a) Saldo apurado; -----

b) Excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento; -----

c) Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.” -----

Por sua vez, a NCP 26 do SNC-AP, define que: -----

“Alteração orçamental modificativa é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor.” -----

Sempre que sejam efetuadas alterações orçamentais ao orçamento em vigor (entenda-se permutativas ou modificativas), é obrigatório articular a NCP 26 do SNC-AP com o ponto 8.3.1 do POCAL. -----

II - CONSIDERANDOS -----

A 1.ª alteração orçamental modificativa (revisão orçamental), justifica-se com a necessidade de incorporar no Orçamento para 2020, as seguintes receitas: -----

1. (+) 550,2 mil euros que constam do mapa “XIX – Transferências para os Municípios” do Orçamento de Estado para 2020 (OE 2020); -----

2. (+) 37,4 mil euros oriundos do Fundo Social Europeu (FSE); -----

3. (+) 8,3 mil euros de receitas provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). -----

Aquando da elaboração do orçamento inicial, os valores referidos eram desconhecidos, pelo que, para os acomodar, é necessário rever em alta, as estimativas iniciais. -----

A receitas provenientes do FSE e do FEDER, resultam das candidaturas submetidas a fundos comunitários, relacionadas, respetivamente, aos projetos denominados “Cultura para Todos” e “Avaliação e Implementação do RGPD no município de Armamar”. -----

O acréscimo de receita que consta do mapa XIX do OE 2020, advém da parcela a ser distribuída pelos municípios, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e assume natureza de transferência de capital. Para além daquela parcela, o município de Armamar, vai receber nos termos da alínea d), n.º 1 do RFALEI,

uma participação de 7,5% na receita do IVA cobrado na respetiva circunscrição territorial, assumindo natureza de transferência corrente. -----

Com a entrada em vigor do SNC-AP, a 1 de janeiro de 2020, foi revogado o POCAL, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 e, conseqüentemente, o classificador económico previsto no POCAL, passando a vigorar o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e despesas públicas. Relativamente à contabilização das taxas específicas da Administração Local, este diploma atende exclusivamente à natureza do tributo (imposto indireto ou taxa) e não aos seus destinatários (pessoas coletivas ou particulares). Desse modo, e em linha com o entendimento emanado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), através da FAQ 39, foi elaborada uma nota informativa pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) sobre a contabilização orçamental das taxas específicas das autarquias locais e respetivo reconhecimento na contabilidade financeira. Dada esta situação, foram criadas algumas classificações económicas não previstas no orçamento inicial, relativas às taxas específicas das autarquias locais a arrecadar pelo Município. -----

Do lado da despesa, foram criados no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades Municipais (PAM), respetivamente, os projetos já referidos “Cultura para Todos” e “Avaliação e Implementação do RGPD no município de Armamar”. Tais projetos, foram dotados de verbas a executar durante o presente ano. -----

Uma vez que, o Município irá receber cerca de (+) 596,06 mil euros, face ao orçamento inicial aprovado em novembro de 2019, foram reforçados alguns projetos inscritos no PPI, sendo que a maior parte da fatia, foi direcionada para a “Requalificação de Vias Municipais” (+326,16 mil euros). -----

III – CONCLUSÃO -----

Neste capítulo, figura o resumo do orçamento com as previsões corrigidas, aquelas com que o Município irá contar nos próximos atos de execução orçamental. -----

A alteração orçamental modificativa (revisão orçamental), teve impacto nas receitas e despesas correntes e de capital, aumentando o valor global do orçamento (+596,06 mil euros), face ao inicialmente aprovado, em novembro de 2019. -----

Quadro I. Resumo do orçamento após a alteração orçamental modificativa ----- (Unidade: Euro)

<i>Receitas</i>	<i>Montante</i>	<i>Despesas</i>	<i>Montante</i>
Correntes	7 735 379,00	Correntes	6 909 318,00
De capital	4 059 201,00	De capital	4 895 262,00
Outras	10 000,00		
Total	11 804 580,00	Total	11 804 580,00
Serviços Municipalizados ...	0,00	Serviços Municipalizados ...	0,00
TOTAL GERAL	11 804 580,00	TOTAL GERAL	11 804 580,00

IV - TERMO DE ENCERRAMENTO -----

A presente alteração orçamental modificativa (revisão orçamental) foi aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 24 de fevereiro de 2020.” -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que é a primeira alteração orçamental, portanto, diz que tem a ver com o reforço das transferências e também com o programa da Candidatura Cultura Para Todos, disse que é um reforço de verbas de quinhentos e cinquenta e mil euros “grosso modo” das transferências do Estado, trinta e sete mil euros vem do Fundo Social Europeu e oito mil e trezentos euros das receitas provenientes do Fundo Europeu Desenvolvimento Regional, “o que é que se propõe é que destes aumentos de receita eles possam ser aplicados na maior parte deles cerca de trezentos e trinta mil euros na requalificação das vias municipais e o restante no projeto Cultura Para

Todos e também na avaliação e implementação do Regime Geral de Proteção de Dados do Município de Armamar”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em relação a isto disse que “já sabíamos que ia haver este reforço e acho bem e congratularmo-nos com isso, acho bem que o dinheiro seja aplicado”, questionou, sobre a Cultura Para Todos, qual é o valor que se vai usar e quer saber mais sobre este projeto. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse que é uma candidatura, que não estava prevista, e que surgiu há pouco tempo. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu que se esta candidatura for igual às outras o investimento da câmara é só de 15 %, e disse “aqui há uma diferença de duzentos e tal mil euros, uma vez que o município vai receber quinhentos e noventa e seis mil euros, se está a pensar em investir na Cultura Para Todos, reduz muito o investimento nas estradas” e lembrou que se devia reforçar mais nas vias municipais. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que das vias municipais a indicação era para reforçar, falou também do reforço de oitenta mil euros para os sistemas de lavagem e tratamento das águas residuais. -----

Vereador António Silva, informou que “aqui a requalificação das vias municipais como se disse no princípio “só lá íamos colocar quinhentos euros, para ficar a verba aberta, agora tem trezentos e vinte e seis mil euros”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou “o que é que vão fazer com este dinheiro da Cultura Para Todos, eu preciso saber”. -----

Vereador António Silva, informou que “é o remanescente da obra da Adega que vamos concretizar, na Adega também temos que por a nossa parte do que não for financiado”.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, submeter nos termos propostos à apreciação e votação da assembleia municipal. -----

Criação de uma unidade orgânica flexível – Cargo de direção intermédia de 3º grau” – Alteração -----

Transcrição do teor: -----

“A Divisão Municipal de Gestão Urbanística e Ambiente (DGUA) – unidade orgânica flexível, instituída pela câmara municipal em 09 de dezembro de 2010 – tem desocupados os postos de trabalho correspondentes ao cargo de direção intermédia de 3º grau desde 05 de janeiro de 2019 e ao cargo de direção intermédia de 2º grau – chefe de divisão municipal – desde 16 de novembro de 2019. -----

A cessação das comissões de serviço deixou a DGUA completamente desprovida de pessoal dirigente. -----

Não obstante a faculdade conferida pelo disposto no artigo 27º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à administração local pelo disposto no artigo 19º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, é facto que as substituições não estão concretizadas, principalmente devido à constatação de que é necessário ir bem mais longe, reorganizando os serviços municipais. -----

Perante o panorama estabelecido, pretende-se ensaiar solução para preencher a principal lacuna que, no imediato, mais constrangimentos coloca, explorando a possibilidade mais versátil e menos onerosa. Nesse sentido formula-se proposta a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal, com vista à alteração da deliberação tomada em 27 de dezembro de 2014, sob a epígrafe “Criação de unidade orgânica flexível – Cargo de direção intermedia de 3º grau” que, para efeitos no disposto no n.º 3 do artigo 4º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua parte final passará a ter a seguinte redação (em substituição dos quesitos fixados): -----

- Designação: O titular do cargo de direção intermédia de 3º grau designa-se Chefe de Unidade,
- Competências: O titular do cargo de direção intermedia de 3º grau coadjuva (segundo a missão concretamente definida para a prossecução da qual se demostre indispensável a existência deste nível de direção) o titular do cargo de direção intermedia de 2º grau de que

dependa hierarquicamente, se existir, ou, inexistindo, coordena as atividades e gere os recursos da unidade orgânica flexível onde se insere; -----

Ao titular do cargo de direção intermedia de 3º grau aplicam-se, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermedia de 2º grau com as necessárias adaptações; -----

- Área de recrutamento: Trabalhadores (de entre os efetivos do serviço) em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado; -----

- Requisitos de recrutamento: Com a dispensa do requisito de licenciatura; -----

No mínimo 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura ou com igual período de experiência em funções de chefia ou cargo dirigente. -----

- Remuneração: 6ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que “como vocês sabem” desde novembro do ano passado a Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente ficou sem chefe de divisão, disse que no mapa do pessoal já estava previsto uma chefia intermédia de 3º grau, que na altura foi criada com um determinado tipo de intenção e depois vagou o lugar porque não correspondeu às expectativas. Informou que não vão meter ninguém no cargo de chefe de divisão e o que vai ser feito é a alteração da designação, da chefia intermédia de 3º grau, que existe no mapa de pessoal, e no organograma da câmara, para termos uma chefia intermedia de 3º grau na Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente que permita meter alguém com autoridade suficiente para gerir a divisão sem meter a chefia de divisão “é esta a proposta”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou se este cargo intermédio de 3º grau existe e se está a ser ocupado por alguém. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que existe, mas que está vago. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou se já tinha sido ocupado por alguém e porque não está agora ocupado. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que “na altura achamos que podia ser uma mais-valia para os serviços veio-se a verificar que não foi”, e não foi renovado a comissão de serviço. -----

Vereador Jorge Rodrigues, questionou “isso é uma renovação de três em três anos, é isso e o chefe de divisão”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que a renovação pode ser de três em em três anos ou pode ser anual ou tirar-se do cargo. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou “qual é a diferença salarial entre a chefia intermedia de 3º grau e a mais abaixo desta” e se é para admitir alguém de fora ou se é alguém da câmara municipal. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que vai ser um recrutamento interno para chefia intermedia de 3º grau para gerir a Divisão de Gestão urbanística e Ambiente. -----

Vereador Luciano Gomes, perguntou se o cargo, chefia intermedia de 3º grau “não exige formação”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que o cargo exige uma série de requisitos que estão enunciados na proposta, “tem de ter 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras e dispensa do requisito de licenciatura”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, pergunta se para agora não vão admitir nenhum chefe de divisão. -----

Presidente João Paulo Fonseca, garante que para já não vai ser admitido nenhuma chefia de divisão e que “podemos nunca vir a admitir” explica que “esta casa precisa de ser reorganizada, se calhar não precisamos de tantos chefes de divisão, mas talvez precisamos de mais chefias intermedias de 3º grau do que chefes de divisão” disse ainda que é um trabalho que vai ser feito e depois apresentado e discutido aqui em reunião, insistiu que

neste momento é preciso resolver situação da DGUA “e ter alguém com capacidade com competência mas também com autoridade interna para poder desempenhar bem as suas funções. -----

Vereador Jorge Rodrigues, concorda, acha que se com este cargo intermédio se consiga ter o mesmo desempenho ou melhor do que estava a acontecer”. -----

Vereador António Silva, disse “que aqui dentro existem pessoas capacitadas para o lugar, está aqui uma oportunidade, porque sem fazermos a avaliação, nunca sabemos se as pessoas que temos se realmente têm essa capacidade ou não e se tivermos dentro de casa não precisamos de recrutar fora, sabemos que às vezes vindo de fora é uma pessoa com mais neutralidade, sem alguns vícios, pode facilitar as coisas, por outro lado pode ter sempre o ónus de não conhecer a casa, de não conhecer a organização”, demonstrou-se satisfeito e disse que é uma forma de aproveitar os recursos que temos e valorizá-los. Por fim desejou os melhores sucessos. -----

Vereador Luciano Gomes, disse que “da minha parte pelas palavras que diz o senhor presidente e vice-presidente, não tenho nada a opor, não estou dentro da máquina são vocês, desejo um bom trabalho”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, falou que é importante haver promoções internas, ajuda as pessoas a ficarem motivadas no trabalho. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, submeter nos termos propostos à apreciação e votação da assembleia municipal. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

----- Não houve presenças. -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Encerramento da reunião** -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da câmara municipal encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca)

(António José da Silva Fernandes)